



IDOSO: UM NOVO ATOR SOCIAL

Paola Andressa Scortegagna – UEPG

Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG

Resumo: O idoso no Brasil ainda representa um problema social não equacionado. A população idosa vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, representando hoje mais de 21 milhões de pessoas, cerca de 11% da população brasileira. O presente artigo tem por objetivo identificar os principais estereótipos que revestem a velhice, refletir sobre o idoso enquanto ator social, identificar os principais movimentos sociais voltados a este público e analisar o papel da educação diante deste processo. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que apesar de todos os preconceitos que revestem a velhice no Brasil, pode-se perceber que quando os idosos unem-se em prol de uma causa comum há a possibilidade de amenizar algumas questões sociais. Para a consolidação de um ator social é necessário que haja ações educacionais voltadas ao segmento, trazendo informações e conhecimentos. Assim, será possível pensar num idoso mais ativo, participativo e integrado à sociedade, buscando seus direitos e integrando-se a movimentos sociais, numa busca social comum.

Palavras-chave: Ator Social. Idoso. Movimento Social. Educação.

Introdução

A sociedade brasileira ainda não equacionou satisfatoriamente a situação social do idoso, uma vez que a realidade em que este se encontra revela que as mínimas condições de sobrevivência nem sempre lhe são garantidas. Percebe-se que nesta realidade grande parte da população idosa sofre com estereótipos da velhice e problemas sociais (OLIVEIRA, 1999).

Muitas pessoas de 60 anos ou mais lutaram por muito tempo por respeito e dignidade, por um salário justo e melhores condições de vida. Mas, o que se observa, é que o preconceito aliado à marginalização social e econômica faz com que o idoso transite num espaço restrito, sem grandes possibilidades aparentes de mudança.

Uma pessoa que passou 60 anos na pobreza, sem condições mínimas de sobrevivência, projeta na terceira idade a possibilidade de talvez conquistar um espaço ou ao menos o reconhecimento pelo que produziu durante sua trajetória. Todavia, este idoso encontra novas dificuldades, pois além de todas as questões presentes em sua vida, ainda precisa superar preconceitos por ser velho e ser considerado inútil e incapaz, enfim, um peso para a sociedade.

A sociologia do envelhecimento pressupõe uma análise do idoso, enquanto sujeito que tem papéis sociais e inserido neste contexto, pode se constituir como um ator social, capaz de lutar pelos seus direitos e mobilizar-se em favor do seu reconhecimento e melhores condições de vida.

Neste sentido, o presente artigo objetiva uma discussão sobre o idoso enquanto um novo ator social, percebendo sua identidade, como também seu espaço e suas relações sociais.

ASPECTOS SOCIAIS DA VELHICE

O envelhecimento humano não pode ser apenas considerado pela ótica da cronologia, ou seja, da idade, é necessário também ter uma percepção de vários outros aspectos, dentre os quais se destaca neste capítulo o caráter social acerca da velhice.

A sociedade impõe imperativos de produção, agilidade e modernidade. O idoso, por questões biológicas, pode apresentar algumas limitações ou pequenas dificuldades, mas isso não significa a incapacidade de realizar tarefas. Porém, na perspectiva social atual, o idoso é considerado muitas vezes como um incômodo, por não atuar na velocidade e na maneira que os jovens julgam mais corretas ou mais adequadas. Segundo Beauvoir (1990, p. 265), “é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”.

O envelhecimento populacional constitui uma das maiores conquistas do presente século. Poder chegar a uma idade avançada, já não é mais privilégio de poucas pessoas. Em contraposição, muitas sociedades não são conseqüentes com essas mudanças demográficas, pois as mesmas atribuem valores relacionados à competitividade para seus grupos, valorizam a capacidade para o trabalho, para a independência e para a autonomia funcional (VELOZ; SCHULZE; CAMARGO, 1999).

Como afirma Oliveira (2002, p. 46) “um aspecto marcante é o da ansiedade e impaciência características da sociedade atual. Diante dessa neurose da velocidade, torna-se incompatível e até perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos”. Assim, é mais cômodo realizar uma atividade do que possibilitar que o idoso a faça.

Numa sociedade que é caracterizada pelo poder, a qual busca desenfreadamente o lucro, o idoso muitas vezes aparece como uma trava no desenvolvimento, desconsiderando toda a contribuição social que estes deram e ainda dão à produção de bens, serviços e conhecimentos.

Devido a todas as dificuldades de enfrentamento da realidade social, muitos idosos negam a própria existência e a própria idade, para que possam ser novamente aceitos nos grupos mais jovens. Tal comportamento resume-se ao não enfrentamento da velhice. Manter-se jovem e ativo é o desejo de todos aqueles que estão envelhecendo, porém é necessário ter consciência da idade, aceitando-a e vivendo plenamente.

Infelizmente, manter-se ativo numa sociedade que afirma a incapacidade do idoso é um dilema a ser vencido. A velhice nunca foi sinônimo de doença, mas é uma etapa do processo de desenvolvimento humano.

As limitações, incapacidades e dificuldades não são problemas apenas dos idosos. Há muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos que possuem dificuldades, devido a diversas causas patológicas. Assim, torna-se ingênuo considerar a velhice como uma limitação ou deficiência.

O impacto de estereótipos negativos para auto percepção levam o idoso a crer que suas possibilidades de ação se esgotam (LEVY, 2002). Estas considerações trazem impactos negativos, que resultam na não aceitação ou distorção desta etapa de vida.

Na sociedade, percebe-se que a dificuldade de enfrentar os paradigmas da velhice se sobrepõe às considerações culturalmente postas. Rejeitar a velhice desvela-se como um preconceito que há vários anos impera na sociedade brasileira.

Para Silva (2003, p. 110), “a condição do velho na atualidade não tem revelado grandes alterações dos tempos remotos”. Mesmo com a evolução tecnológica e social, muitos problemas ainda são encontrados quando se trata do envelhecimento, pois não há inovações, mas disparidades marcantes. Para o mesmo autor “a urbanização e a industrialização acentuaram as desigualdades que, associadas aos preconceitos e estigmas, vêm demonstrando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais jovens” (SILVA, 2003, p. 110).

Assim, mesmo vivenciando inovações, nos mais distintos campos, o idoso enfrenta problemas sociais graves. “No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não-resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão” (CAMARANO, 2004, p. 254).

Para muitos idosos, a realidade de exclusão foi presente no decorrer de toda a sua trajetória de vida e se acentuou ainda mais na velhice. Estas condições trazem repercussões ainda piores, ao se pensar que na única fase que estes acreditavam alcançar a dignidade e respeito, tornam-se vítimas de um sistema opressor e excludente.

Para que os fatores negativos da velhice sejam ultrapassados ou ao menos amenizados, torna-se fundamental reconhecer qual é a representação do idoso na sociedade, tal como seu papel social, exercido ao longo de sua existência, como também nesta etapa.

O papel do idoso foi determinado por costumes e ações provenientes na cultura, como também no contexto histórico no qual está inserido. “O estatuto da velhice é imposto ao ser humano pela sociedade à qual pertence, sendo influenciado pelos valores culturais, sociais, econômicos e psicológicos de uma sociedade que determina o papel e o ‘status’ que o velho terá” (SILVA, 2003, p. 96).

Assim, a função social que é atribuída ao idoso, foi culturalmente constituída. Conforme afirma Ferrigno (2006) a construção social das gerações se concretiza através do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada uma delas, em diferentes etapas da história.

A existência social do idoso representa que este não é apenas um indivíduo, sujeito biológico, que se restringe a um processo de evolução do nascimento até a morte, pois como afirma Bazo (1996), “a velhice, mais que um conceito biológico, é uma construção social”.

E por se tratar de uma construção social, deve revestir-se de valor. Porém na maioria das vezes o valor atribuído é negativo, frisando a incapacidade, fragilidade ou inadequação do idoso frente à sociedade.

Estes estereótipos representam uma cultura de valorização do novo e como consequência, comprovam que o idoso, apesar de toda experiência acumulada e das contribuições feitas para a constituição da sociedade atual, não passa muitas vezes de um problema a ser solucionado.

O idoso, no transcorrer de sua trajetória de vida, vivenciou na juventude e na maturidade papéis sociais, que aos poucos foram sendo apagados ou desconsiderados em sua existência. Este sujeito teve sua representatividade no mercado de trabalho e também na sua família, enquanto pai, mãe ou chefe da mesma. Porém, com o passar dos anos, estes papéis vão se perdendo.

A visão que se tem acerca da aposentadoria desconsidera todas as atividades desenvolvidas anteriormente pelo aposentado, que lhe garantiram o direito à seguridade da previdência. O aposentado é considerado como um sujeito que não tem mais capacidade de contribuir para sociedade, pois não trabalha e não produz algo útil ou novo. Este posicionamento pejorativo confirma a ausência de um papel social, pois o trabalhador torna-se um inativo, e este não tem mais representatividade.

A aposentadoria segundo Beauvoir (1990, p. 325), “introduz uma radical descontinuidade; há ruptura com o passado; o homem deve adaptar-se a uma nova condição, que lhe traz certas vantagens (descanso), mas também graves desvantagens: empobrecimento, desqualificação”.

Na família, o idoso também sofre com a perda ou diminuição de sua função social. Em muitas situações, os filhos e netos desconsideram a trajetória e as atividades desempenhadas ao longo da vida por estes idosos, os quais foram chefes, provedores e responsáveis pela educação. Muitos descendentes desvalorizam toda contribuição dos idosos, apesar de existir em muitos casos a dependência financeira.

Ao mesmo tempo em que a família mantém a distribuição de recursos, proteção, cuidados e educação, também negligencia o idoso, atribuindo-lhe um status de inútil. Por um longo tempo, a pessoa idosa foi responsável pelo gerenciamento da instituição familiar, tendo que tomar decisões, além de manter todas as necessidades dos seus membros. Mas, quando a velhice chega, o idoso passa a ser visto como frágil, uma pessoa incapaz de dar juízo de valor frente alguma situação ou tomar decisões.

Assim, ao se pensar nos aspectos sociais da velhice remetem diretamente aos papéis sociais que os idosos assumiram durante toda sua vida e a perda destes papéis a partir do momento em que alcançaram esta etapa de vida.

SOCIOLOGIA DO ENVELHECIMENTO

Ao se pensar o processo de envelhecimento e a velhice, torna-se importante relacionar estes à sociedade, uma vez que o homem é integrado ao meio social, independente de sua idade. Assim, pensar numa sociologia do envelhecimento possibilita uma nova dimensão social daqueles sujeitos que nunca saíram da sociedade, mas que se encontram marginalizados da mesma.

O idoso durante sua vida sofreu o processo de socialização, que o integrou a sociedade e também aos costumes éticos e morais, como a própria cultura. A socialização ocorre de maneira constante, pois os sujeitos se adaptam às novas condições que lhes são impostas ou propostas. Desta maneira, a socialização não se restringe apenas às etapas iniciais do desenvolvimento humano (MORAGAS, 1991).

O processo de socialização perpassa por várias etapas. A aceitação consiste em interiorizar valores; a acomodação supõe um maior grau de interiorização e ajustamento dos valores externos aos próprios; adaptação exige uma mudança da conduta individual mais

incisiva que a acomodação; a assimilação refere-se à interiorização de valores sociais pelo indivíduo de maneira permanente; a integração é a última etapa do processo de socialização, pressupondo a interiorização global dos valores e manifestações externas de sua conduta (MORAGAS, 1991).

Os idosos não irão se desprender de todos os seus valores, porém estão inclusos no processo agregando alguns aspectos às suas condutas através da adaptação (ou tentativa de adaptação) à sociedade contemporânea. Este segmento não perde suas características sócio-culturais com o passar do tempo, mas deve buscar a incorporação de seus valores éticos e morais para os demais grupos da população, contribuindo para a socialização dos mais jovens.

Assim, a sociologia do envelhecimento surge da necessidade de manter a integração do idoso ao contexto social, confirmando que a idade não é condicionante da capacidade ou não do exercício de papéis sociais definidos.

Este ramo da sociologia busca a manutenção do processo de socialização do idoso, integrando-o ao seu contexto social, definindo papéis e salientando a importância deste segmento populacional dentro da sociedade. Para que isto possa se efetivar, é necessário que os preconceitos e estigmas acerca da velhice sejam superados, pois “a sociedade demonstra uma certa dose de intolerância (inversão) social para o idoso” (MORANDINI, 2004, p. 290).

A velhice é um problema social, o qual não é atual, mas demanda ações emergenciais. A população idosa está crescendo rapidamente e este fato implica na demanda de mais recursos para este segmento, além de uma organização social que permita a que a aceitação do idoso ocorra, pois o envelhecimento é inevitável, ao menos que ocorra uma morte prematura.

Este grande contingente de idosos atinge diretamente o Estado, que precisa assegurar condições mínimas de sobrevivência a esta população. Logo, o envelhecimento é visto como um perigo para a estrutura econômica, pois acarreta novos gastos, principalmente com a manutenção da previdência.

Como a população está envelhecendo, a relação entre contribuinte e beneficiário torna-se cada vez mais delicada, pois a população ativa tende a diminuir, porém a população aposentada está aumentando, e esta questão interfere diretamente sobre a percepção da velhice. A aposentadoria é um marco social que caracteriza o início da terceira idade, porém ao mesmo tempo em que está assegurando um direito, associa-se a ideia de incapacidade. Como afirma Jordão Netto (1997, p. 65),

Aposentadoria significa uma espécie de ‘atestado oficial’ de envelhecimento do sujeito, um símbolo do ritual de passagem que vai estigmatizá-lo como

um 'inativo' e decretar, em última análise, sua velhice como agente produtivo e por extensão, sua velhice também como ator social.

Percebe-se então, que os sujeitos são preparados à vida toda para exercer determinado papel social representado por uma profissão. Então, depois de anos de atividade, a sociedade permite a sua aposentadoria, tirando-lhe o seu papel social. Assim, nota-se que há a preparação para o trabalho, mas não há uma educação que prepare para a aposentadoria (STEGLICH, 1992).

Assim, “o ser humano nasce programado para a atividade, e o trabalho é, portanto, categoria universal que humaniza, já que permite a construção e manutenção da cultura e a produção do grupo em qualquer tipo de sociedade” (WHITAKER, 2007, p. 107).

Já o sujeito aposentado é considerado como alguém inútil ou incapaz de realizar alguma atividade, pois “as estruturas sociais organizadas em vista da produção, do trabalho e do lucro valorizam as pessoas pela sua produtividade, isto é, pela sua capacidade de trabalho. Neste sentido, ocorre uma discriminação das pessoas mais idosas” (STEGLICH, 1992, 52).

Desta maneira, a velhice é socialmente e culturalmente considerada uma categoria de caracterização do idoso enquanto sujeito improdutivo, e que não apresenta possibilidades de perspectivas futuras. A população idosa, então, representa um grande problema social, um grande contingente de pessoas que são consideradas dependentes e descartáveis (JORDÃO NETTO, 1997).

Se na perspectiva social, os idosos são coagidos ao isolamento dado que toda a estruturação da sociedade órbita em torno da população jovem envelhecer leva a uma situação de degradação altamente aversiva e indesejada.

Os idosos por sua vez, sentem dificuldade em acompanhar o desenvolvimento dos mais jovens e também por muitas vezes não conseguem admitir o comportamento ou valores destes grupos. Assim, o convívio social do idoso vai se restringindo se este não consegue se adaptar ou ao menos aceitar as mudanças contínuas que ocorrem na sociedade.

Pensar o processo de envelhecimento, alerta para todas as problemáticas sociais que o segmento idoso vem enfrentando na realidade brasileira, não se podendo restringir a focos isolados de dificuldades. A cultura de incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, impondo que toda pessoa que atinge os 60 anos torna-se incapaz, principalmente se esta for proveniente de uma classe social mais baixa. O idoso vivencia duas das piores situações impostas pela sociedade: “ser pobre e velho, numa sociedade que só glorifica quem tem posses e valoriza quem é suficientemente jovem para produzir e consumir de acordo com os interesses dos detentores dos meios de produção” (JORDÃO NETTO, 1997, p. 68).

Para que a superação dos preconceitos possa ocorrer, além da construção de uma nova cultura da velhice para a população em geral, é imprescindível que o idoso aceite sua condição enquanto sujeito da terceira idade, pois o preconceito do idoso para com os demais idosos é grave ou até mais delicado que o sofrido pelas ações dos mais jovens. Para que estas questões sejam superadas ou ao menos amenizadas, o processo educacional é imprescindível.

EDUCAÇÃO PARA O IDOSO

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação surge como oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

A educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências (GADOTTI, 1984).

Percebe-se então que a educação possui um caráter de transformação, ultrapassando a mera ideia de transmissão de informações. Nesse sentido, parafraseando Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observa-se o quanto o processo educativo permite um estágio de mudanças, independente da idade.

O processo de mudança desejada representa um longo caminho a ser percorrido, no entanto se o primeiro passo não for dado, nunca se efetivará a transformação almejada. Assim, “a educação em qualquer caso, traria o germe da mudança, tornando-se por isso instrumento de realização de utopias” (PAIVA, 1985, p.39).

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma re-significação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Desta maneira, a educação é um importante meio de transformação e valorização destas pessoas.

Observa-se que as pessoas idosas estão começando a serem percebidas como seres pensantes, que tem muito para ensinar, porém ainda tem muito a aprender, demonstrando o quanto possuem a necessidade de sempre estar em contato com novos conhecimentos e novas experiências.

Hoje, a educação na terceira idade volta-se para um âmbito diferenciado, não mais sendo um meio de assistencialismo aos envolvidos. Nota-se um novo enfoque, pois se percebe

que o idoso não é apenas uma pessoa que necessita de atividades recreativas para ocupar seu tempo, mas sim, precisa de espaço para crescer sempre.

A educação é vista como um meio de libertação e mudanças na Terceira Idade, permitindo uma reavaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão para estas pessoas.

Moragas (1991, p. 54) destaca que “muita gente se surpreende ao comprovar que pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”. Mas percebe-se que na sociedade brasileira, na maioria das vezes, convive-se com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária.

Para que o idoso possa estar diretamente em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que este esteja inserido num processo educacional, havendo a mediação de conhecimentos para a estruturação da formação contínua do indivíduo enquanto ser social.

Freire (2005) admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Todo indivíduo está envolto num processo educativo, seja onde for e em qual circunstância se encontrar, evidenciando que a educação permanente encontra-se não apenas na educação formal, mas também nos mais diversos espaços da educação não-formal. Assim, torna-se imprescindível conscientizar-se da importância de todas as possibilidades de ensino e aprendizagem, como também da realidade apresentada.

Torna-se necessário, antes de compreender a inserção do idoso num contexto educacional, refletir sobre o processo de envelhecimento e a velhice, sabendo-se que “o envelhecimento proporciona variedade e riqueza de experiências psicossociais e reacionais” (MORAGAS, 1991, p. 124).

A partir do momento em que o idoso percebe-se como ator de sua vida, conquista um espaço mais respeitado no cenário familiar e social. Pois, como afirma Paulo Freire, “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, 2005, p. 58-59).

Os idosos têm a capacidade de aprender, independente da sua idade, a partir do momento em que são incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira

significativa. Conforme aponta Moragas (1991) para que os idosos tenham uma aprendizagem efetiva, são necessárias motivações adequadas, além de um meio que permita o tempo de assimilação e que assegure um papel social significativo a estas pessoas.

Para Sá (2004), o idoso quer se tornar pessoa através de seus pares e daqueles que constituem o seu universo. Ele é capaz de incorporar, na sua relação, não apenas a família, mas amigos, o próximo, outros idosos, os oprimidos, os opressores, a sociedade...

Assim, o idoso tem condições através do processo educativo, de socializar-se, além de inserir-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar. Segundo Freire (1971) entende-se que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser reconhecida. É fundamental, contudo, partir do pressuposto de que o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo.

ATORES SOCIAIS: IDENTIDADE SOCIAL DOS IDOSOS

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que os idosos enquanto coletivo social são muito mais ameaçadores do que o próprio fenômeno biológico da velhice. Assim, os idosos, ao definirem sua identidade, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que tem capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Como afirma Steglich (1992, p. 61) “a melhor forma de construir a própria personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade”.

Por meio deste pressuposto, o idoso busca alternativas para superação das dificuldades que lhes foram impostas durante sua vida e acentuadas quando ingressa na

terceira idade. Neste sentido, “é a partir do sofrimento do indivíduo dividido e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito transforma-se em capacidade para ser um ator social” (TOURAINÉ, 1998, p.102).

O idoso, ao se organizar e procurar transformar a realidade em que se encontra, tem possibilidades de agir e consolida-se como um novo ator social, que se predispõe a lutar por direitos básicos, os quais por vezes não são respeitados. Este novo ator social se estrutura numa sociedade que aos poucos começa a perceber a influência do contingente idoso, tanto na organização quanto nos aspectos políticos.

Segundo Touraine (1998), para que haja a formação de novos atores sociais é necessário que uma nova sociedade seja reconhecida. O mundo atual revela-se com um conjunto de incontáveis fluxos, numa constante transformação, o que supõe que novos movimentos sociais se formem. Mas, a ação coletiva é proveniente da vontade individual ou grupo em agir sobre a estrutura atual, construindo e transformando a própria identidade e integração, a fim de defender um ideal de solidariedade.

Nos últimos anos o perfil demográfico se alterou e a maior inserção de idoso em espaços públicos não se refere apenas ao aumento desta população. No decorrer das últimas décadas o comportamento dos idosos vem se alterando, tornam-se cada vez mais participantes, devido ao desejo de se tornarem cada vez mais úteis e de viver intensamente (FERRIGNO, 2005).

Ao se pensar num novo ator social, o idoso alcança esta representação a partir do momento em que se encontra como um idoso ativo. Desta maneira, “a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, p. 13).

O envelhecimento ativo, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os idosos ativos, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década.

É importante entender que o “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13).

Para a efetivação dos idosos, como novos atores sociais, percebe-se que “qualquer esforço no sentido de promover o envelhecimento ativo resultará em efetiva melhoria da

qualidade de vida de todos” (SMETHURST, 2004, p. 151). Neste sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, por meio da auto-afirmação, como também pela elevação da auto-estima, por ver-se novamente útil.

A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, atividade e na plena participação das pessoas idosas, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença (BATISTA, 2008).

Na cultura de velhice que começa a se destacar atualmente, o idoso é percebido dentro do contexto social, tendo seu espaço para reclamar seus direitos, como também auxiliar na formação de uma sociedade mais justa e democrática, com direitos igualitários para todos.

Ao assumir este papel social, os idosos encontram-se inseridos no processo de transformação social, como agentes do processo. Os idosos podem contribuir por meio de inserção política, social e cultural, os quais têm importante participação na conservação da identidade e memória social, auxiliando diretamente para o estabelecimento de uma nova visão de idoso ativo, substituindo a velha imagem do envelhecimento (SANTANA; SENA, 2003).

As alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico.

A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade. “É verdade que o sujeito não pode ser apenas defesa e luta; é também afirmação, felicidade, sucesso. Mas não é o arquiteto de uma ordem ideal: é, isto sim, uma força de libertação” (TOURAINÉ, 1998, p. 103).

Pensar um envelhecimento ativo, no qual cada vez mais idosos apresentam condições de expressar os seus desejos, como também suas dúvidas e críticas tornam a sociedade como uma grande construção coletiva e democrática. Segundo Oliveira (2002, p. 49), “o idoso tem necessidade de estar integrado à sociedade”. Assim, não é a idade que determina as condições ou possibilidades de estar integrado ao contexto social.

A participação social deve ser entendida como direito de todos os sujeitos, caracterizando-os como cidadãos, independentemente de classe social, raça, gênero ou faixa etária. O direito a inserção social deve ser preservado em todas as situações, para todas as

pessoas que compõe a sociedade brasileira. Apesar de culturalmente o respeito à dignidade humana não ser encarado como direito de todos no Brasil, a partir do momento em que cada vez mais grupos socialmente vulnerabilizados começarem a se mobilizar, novos conceitos culturais poderão ser formados.

O idoso quer ver-se integrado, não sendo lembrado apenas quando é conveniente durante campanhas eleitoreiras ou pela família quando precisa que este desempenhe alguma atividade. Como afirma Ferrigno (2005, p. 27) “assim como os adolescentes têm sua turma, também os idosos sentem essa necessidade e tem esse direito”.

A partir da integração entre os idosos, que estes começam a pensar de maneira coletiva e estabelecer projetos em comum, para a busca de direitos a todos, constituindo um grupo de atores sociais, que unidos organizam-se em movimentos sociais com o objetivo de alcançar melhorias da qualidade e dignidade de vida da população idosa.

Denota-se então que existe a necessidade de criação de ambientes específicos para a integração e participação social dos idosos nas suas comunidades. Há o aumento da visibilidade deste grupo, que enquanto segmento social luta por seus direitos elementares; pela cidadania individual e coletiva; contra exclusão social e preconceitos (BORGES, 2003).

Dentre os grupos de idosos que estão mobilizados em movimentos em prol de melhorias para o segmento, encontram-se associações que foram criadas com o objetivo de defender o interesse próprio como dos demais aposentados e dos idosos em geral, como as “panteras grisalhas”. Este grupo foi criado em 1970, por Maggie Kuhn nos EUA e disseminou-se rapidamente pelos estados americanos. Chegou à Europa em 1975, sendo criada a associação na Alemanha. As panteras grisalhas ou Gray Panthers foram consideradas como um legítimo sindicato de idosos e ainda mantêm-se em atividade, lutando em prol de melhores condições de vida para a velhice.

Em nível nacional, percebe-se que a sociedade civil organizada juntamente com um pequeno grupo de idosos vem reivindicando os direitos básicos para a população da terceira idade. Destaca-se a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), primeira entidade científica que se posicionou na defesa do idoso. Mantém ativamente formação de recursos e desenvolve cursos, simpósios, congressos e jornadas em nível nacional e em parceria com as seções regionais.

O Serviço Social do Comércio (SESC) também se destaca, por meio do SESC-SP que sistematizou o primeiro programa de atendimento para a terceira idade. Desenvolve pelo SESC-RS desde 2000 o projeto Centro de Referência do Envelhecimento (CRE), trabalhando em prol da informação e atualização sobre o processo de envelhecimento. O SESC, em

relação à terceira idade, desenvolve a integração de informações, por meio de uma rede de serviços para este segmento, além do desenvolvimento de pesquisas e ensino.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB) representa cerca de 20 milhões de aposentados em todo Brasil, tendo como finalidade representar e defender os direitos da pessoa idosa, atuando juntamente aos órgãos públicos, estabelecendo articulações e prestando informações.

A Associação Nacional de Gerontologia (ANG) constitui-se enquanto uma organização de cunho científico e tecnológico. Volta-se para a investigação sobre a terceira idade. Sua finalidade principal é colaborar para a constituição de uma consciência gerontológica, visando melhorias nas condições de vida do idoso, seguridade de direitos e políticas destinadas ao segmento.

O Movimento dos Idosos Solidários (MIS), sediado na cidade de São Paulo, luta pelos direitos deste segmento etário. Além disso, desenvolve um trabalho voltado para as famílias que possuem idosos acamados permanentemente. Em parceria com o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, foi desenvolvido o Programa de Assistência Domiciliária (PAD) o qual é reproduzido gratuitamente para entidades, grupos de idosos, pastorais e demais profissionais que trabalham o idoso. Este programa tem como objetivo auxiliar famílias, além de oportunizar um melhor preparo para o cuidador. Atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rondônia.

Percebe-se que existe um número significativo de idosos que participam destas entidades ou de movimentos em prol de seus direitos. Todavia, apesar destes movimentos, o idoso que participa ou participou de mobilizações sociais ainda possui um forte laço a causas trabalhistas, voltando-se muitas vezes para melhorias nas condições de trabalho. Logo, o segmento precisa reforçar os movimentos que lutam em prol dos direitos da pessoa idosa, isso não significa excluir-se de outras causas, mas focalizar-se num ideal de melhores condições econômicas, sociais, de saúde, cultura, educação para a terceira idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as conquistas que o segmento idoso vem atingindo nos últimos anos, através de sua representatividade e das concepções de envelhecimento ativo e constituição de um novo ator social, alguns pontos ainda precisam avançar. Conforme Whitaker (2007, p.

107), “se o idoso perde o poder, ainda há direitos. E por estes deve-se continuar lutando. Quanto menos poder, menos prestígio, assim maior deve ser a luta pelos direitos”.

A luta pelos direitos dos idosos deve ser reclamada pelos idosos, porém é necessário destacar que nem toda a população idosa tem condições de acesso ao conhecimento de quais são seus direitos elementares, o que lhe deve ser garantido e acabam aceitando situações de discriminação e marginalização por falta de esclarecimentos.

Para que de fato ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos é fundamental e urgente que a instrumentalização e a educação sejam possibilitadas a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida.

Aos idosos que tiveram a possibilidade de uma educação que permita que hoje tenham discernimento do que lhes é imposto pela sociedade e que lutam pela contestação do que está errado, cabe o papel de verdadeiros atores sociais mobilizados em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para toda população, em especial a idosa.

Nestes condicionantes, a educação apresenta-se como propulsora da transformação social, pois é através dela que além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. S. *et al.* **Envelhecimento e dependência:** desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28)

BAZO, M. T. Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: analisis sociológico. **REIS**, Madri, n. 73, 1996, p. 209-222.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO. A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CASTRO, O. P. **Envelhecer:** um encontro inesperado? Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

FERRIGNO, J. C. A co-educação entre as gerações: um desafio da longevidade. **A terceira idade.** São Paulo, v. 17, nº 37, p. 16-26, out. 2006.

_____. Ação cultural e terceira idade. **A terceira idade**. São Paulo, v. 16, n. 32, p. 24-35, fev. 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

LEVY, B. R. *et al.* Longevity increased by positive self-perceptions of aging. **Journal of personality and social psychology**, Washington, v. 82, n. 2, 2002, p. 261-270.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social: envejecimiento y calidad de vida**. Barcelona: Herder, 1991.

MORANDINI, J. A velhice: uma abordagem social e jurídica. *In: PASQUALOTTI, A.; PORTELLA, M. R.; BETTINELLI, L. A. Envelhecimento humano: desafios e perspectiva*. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 288-310.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? *In: PAIVA, V.; RATTNER, H. Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

SÁ, J. L. M. Educação e envelhecimento. *In: PY, L. (et al). Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

SANTANA, H. B; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SILVA, J. C. Velhos ou idosos. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 94-111. jan. 2003.

SMETHURST, W. S. Envelhecimento ativo: da intenção à ação. *In: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste*, 2004,. Recife, **Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste**, ABEP, 2004, p. 150-155.

STEGLICH, L. A. **Crises normais da vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.

TOURAINÉ, A. P. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELOZ, M. C. T; SCHULZE, C. M. N; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p 479-501, 1999.

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.